

Sobre Desafios da Formação de Estudantes e Profissionais da Educação Básica em Santa Catarina, Brasil¹

Tânia Welter²

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de apresentar e discutir alguns impactos da formação em gênero e sexualidade entre estudantes e profissionais da educação participantes de programas de iniciação e formação continuada oferecidos pelo governo brasileiro através de universidades públicas entre 2010 e 2014. As instituições educacionais são espaços para socialização e produção do conhecimento por excelência, ao mesmo tempo em que promovem o encontro com as diferenças culturais, religiosas, sexuais, de classe social, de cor de pele e de gênero. São espaços contraditórios pois, ao mesmo tempo que reproduzem hierarquias, assimetrias, promovem ou compactuam com violências, silenciam e insistem em modelos normativos, são espaços para experimentações, transgressões, questionamentos, propostas, promoção de medidas visando o enfrentamento das violências e valorização da diversidade. É sobre essas contradições e impactos que nos debruçamos neste trabalho, tendo como foco projetos pioneiros de formação de estudantes e profissionais da educação básica no Brasil.

Palavras-chave: formação científica e docente; gênero; sexualidade.

1 Uma primeira versão deste artigo foi publicado nos anais do II Congresso Internacional sobre Diversidad Sexual realizado em Cuenca (Equador) entre 26 e 29 de noviembre de 2014 (Welter, 2015). Agradeço a José María Valcuende del Río e a direção do Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades (LIESS) pela oportunidade desta reflexão.

2 Doutora em Antropologia Social, professora, pesquisadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) e coordenadora adjunta do Projeto "Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina" (FAPESC\CNPq). E-mail: taniawelter@yahoo.com.br

Reflections on the Subject of How the Training in Gender and Sexuality Impacts Students and Education Professionals in Santa Catarina, Brazil

Respecto a los Desafíos se la Formación de Estudiantes y Profissionais da Educação Básica em Santa Catarina, Brasil

Abstract

This paper aims to present and discuss the impact of gender and sexuality training among students and education professionals who participate in initiation and continuing education programs offered by the Brazilian government through public universities between 2010 and 2014. Educational institutions are spaces for socialization and production of knowledge, par excellence. They also promote the encounter with cultural, religious, sexual, social class, skin color, and gender differences. They are contradictory spaces because, while reproducing hierarchies and asymmetries, they also: a) promote or condone with violences; b) they silence and insist on using normative models; c) and they are spaces for experimentation, transgressions, questions, proposals, and promotion of measures which aim to confront the violences and to value diversity. Our study is about these contradictions and impacts, focusing on pioneering projects dealing with the training of students and professionals in the Basic Education (all levels from kindergarten to secondary school) in Brazil.

Keywords: teaching and science education; gender; sexuality.

Resumén

Este estudio tiene como objetivo presentar y discutir algunos de los impactos de la formación sobre el género y la sexualidad entre los estudiantes y profesionales de la educación que participan en la iniciación y programas de educación continua que ofrece el gobierno brasileño a través de las universidades públicas entre 2010 y 2014. Las instituciones educativas son espacios de socialización y producción de conocimiento por excelencia, así como fomentan el encuentro con las diferencias culturales, religiosas, sexuales, clase social, color de la piel y de género. Son espacios contradictorios porque mientras que la reproducción de las jerarquías, asimetrías, promueven o toleran la violencia, el silencio y insisten en modelos normativos, son espacios para la experimentación, transgresiones, preguntas, propuestas, la promoción de medidas para enfrentar la diversidad y la valoración de la violencia. Es sobre estas contradicciones e impactos que escribimos este trabajo, centrándose en proyectos pioneros de la formación de estudiantes y profesionales de la educación básica en Brasil.

Palabras clave: Formación científica y docente; género; sexualidad

Escola: espaço contraditório

Recorrentemente se afirma que a escola é um espaço contraditório pois, ao mesmo tempo em que é reconhecida com a função social de socializar e produzir conhecimentos, investe no disciplinamento e normatização de seus sujeitos¹. Embora seja o espaço da diversidade por excelência (sexual, gênero, classe social, religiosa, etária, étnico-racial), muitas vezes faz maior investimento na sua homogeneização e desconsideração do que no seu reconhecimento e valorização.

A escola é formada por sujeitos sociais², ou seja, por agentes inseridos em teias de relações de afeto, solidariedade, poder e rivalidade. Não são agentes totalmente livres, nem para formular e atingir suas metas, nem para controlar suas relações, e atuam dentro de teias de relações que compõem seus mundos sociais. Possuem desejos, intenções, objetivos e projetos em constantes disputas com outros sujeitos, sejam eles estudantes, profissionais da educação³, familiares, gestores, comunidade externa, instituições e legislações.

A escola desempenha papel importante na construção das identidades de gênero e das identidades sexuais. Assim como a sociedade em geral, atua como guardiã das normas sociais de gênero (sistema sexo-gênero) e é produtora da heteronormatividade. Para tanto, e para controlar identidades e sexualidades “desviantes”, a escola se utiliza de diversas estratégias e pedagogias. Utiliza, por exemplo, a “pedagogia do insulto” (JUNQUEIRA, 2009), constituída por piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações e expressões desqualificantes diante daquelas(es) que não se ajustam aos padrões de gênero e de sexualidade admitidos na cultura em que vivem. Através da “pedagogia da intolerância” a vítima de agressão é transformada em ré para justificar as violências e garantir a reprodução da heteronormatividade (BENTO, 2011). Através da “pedagogia dos gêneros hegemônicos” e do “terrorismo contínuo” se (re)produzem “verdades” (BENTO, 2011). Esses são poderosos mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica (JUNQUEIRA, 2009).

Por meio dessas pedagogias e dos silenciamentos, estudantes e profissionais da educação aprendem a ser hostis a homossexuais e transgêneros, mas também a negros, mulheres, frequentadores de religiões não hegemônicas e outras diferenças. Constatam-se, portanto, que a homofobia e o heterossexismo são não apenas consentidos, mas ensinados nas escolas⁴.

As violências interferem nas expectativas de sucesso e rendimento escolar⁵; produzem intimidação, insegurança, estigmatização, segregação, isolamento; estimulam a simulação e o desejo pela invisibilidade para ocultar a diferença⁶; geram desinteresse pela escola; produzem abandono e evasão⁷, tumultuam o processo de configuração e expressão identitária, levando muitos/as estudantes a tentativas de suicídio. Tais dificuldades tendem a ser ainda maiores em pessoas com identidade ou expressão de gênero não hegemônicas, pobres, analfabetos, negros, indígenas, com deficiência, soropositivos e não puderem (ou não quiserem) manter um estilo de vida jovem e dentro dos padrões de beleza estabelecidas (JUNQUEIRA, 2009)⁸.

Assim, é possível perceber que a educação escolar não apenas reproduz ou reflete concepções sociais de gênero e sexualidade, mas as constitui, legítimas relações de poder e hierarquias, compactua com a homo-lesbo-transfobia, estimula a internalização do heterossexismo, misoginia, negação, autculpabilização, autoaversão de jovens e adultos com identidades e desejos sexuais não hegemônicos⁹.

Será que a escola pode ser espaço para reconhecimento e valorização da diversidade e para utilização de uma “pedagogia engajada”¹⁰ (HOOKS, 2013)?

O Brasil e as políticas educacionais inclusivas

Apresentando o Brasil e Santa Catarina

O Brasil foi colônia de Portugal até início do século XIX (1808). É um país com dimensões continentais e possui uma formação cultural diversa desde antes de sua colonização¹¹. No Brasil existem 305 etnias indígenas (comunidades definidas por afinidades linguísticas, culturais e

sociais), 274 línguas indígenas¹² e mais de duzentos milhões de habitantes¹³.

A partir de dados de dois censos demográficos realizados no Brasil (2000 e 2010) é possível constatar: i) o crescimento da diversificação de grupos religiosos, ii) aumento da população evangélica (de 15,4% em 2000 para 22,2% em 2010), iii) dos que se declararam sem religião e dos espíritas e, iv) diminuição das pessoas que se reconhecem como católicos (de 73,6% em 2000 para 64,6% em 2010). A partir dos dados oficiais, é possível concluir que a maioria da população brasileira se reconhece como cristã. O auto reconhecimento como cristão pode ser uma estratégia utilizada por pessoas pertencentes a religiões afro-brasileiras, orientais e asiáticas para enfrentar a “pedagogia do insulto” (JUNQUEIRA, 2009)¹⁴.

Mais da metade da população brasileira se declarou preta ou parda no Censo de 2010, sendo que em 21 estados brasileiros este percentual ficou acima da média nacional, que é 50,7%. Apenas em Santa Catarina (84,0%), Rio Grande do Sul (83,2%), Paraná (70,3%) e São Paulo (63,9%) mais da metade da população se declarou branca.

Santa Catarina é o menor estado do sul do Brasil e possui uma população de mais de seis milhões e setecentas mil pessoas¹⁵, sendo 50,39% mulheres e 49,61% homens. Destes, 16% residem na área rural e 84% na zona urbana.

Pequeno histórico das políticas educacionais inclusivas

Seguindo a tendência mundial, no Brasil a década de 1980 foi marcada pela organização de movimentos sociais e embates que levaram à abertura política e o fim da ditadura militar. As mudanças que se seguiram acompanharam o processo de redemocratização da sociedade brasileira resultando na elaboração de uma nova constituição (1988), na garantia jurídica dos direitos sociais e individuais e em eleições diretas para a Presidência da República.

A igualdade entre homens e mulheres e não distinção (de qualquer natureza) foi prevista no artigo quinto da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988)¹⁶. Também os pa-

râmetros normativos nacionais afirmam o compromisso com a igualdade, recusando discriminações e prejuízos sociais (LIONÇO e DINIZ, 2009). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), o Plano Nacional de Direitos Humanos e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos são emblemáticos a esse respeito.

No final da década de 1990, o Ministério da Educação publicou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN – BRASIL, 1997) onde estabeleceu temas que deveriam ser abordados, de forma transversal, por todos os/as professoras, disciplinas e níveis da educação básica. Os temas transversais eram: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual. A abordagem de gênero e sexualidade foi sugerida no volume 10 (Pluralidade Cultural e Orientação Sexual – BRASIL, 1998) com a justificativa de que crianças e jovens deveriam ter espaço na escola para refletir sobre estereótipos e papéis sociais atribuídos para cada sexo.

Nas últimas décadas (especialmente a partir do ano 2003), segmentos e movimentos sociais têm demandado ao Estado brasileiro e seus órgãos federativos mudanças nas legislações e políticas públicas, das quais o campo da educação se destaca (LOPES, 2008; FERNANDES, 2011).

Diferentemente de outros contextos nacionais, no Brasil o Estado incentivou a ação de movimentos sociais, propôs, apoiou e implementou políticas públicas e a realização de conferências (municipais, estaduais e federais) para que a sociedade civil “fosse ouvida”. A livre orientação sexual e identidade de gênero colocou-se na pauta política e social do Brasil como uma questão de direitos humanos e constitucionais (MUSSKOPF, 2013).

A partir deste conjunto de fatores e tendo como foco questões de gênero, sexualidade e étnico-raciais, observou-se no Brasil, a partir de 2003, a criação de secretarias especiais a nível federal (como o exemplo da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI e a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial – SEPIR), inúmeras políticas públicas, algumas bastante progressistas, políticas de ações afirmativas

(políticas de cotas para negros, escola pública, renda familiar), leis de combate às violências raciais e sexistas, aprovação de leis para casamento e filiação entre pessoas do mesmo sexo, entre outros avanços. Foram criados programas nacionais de formação continuada para educadoras-es em gênero e diversidade (sexual, étnico-racial) na escola (GDE), anti-homofobia (como o Programa de Combate à Violência e à Discriminação Contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual chamado “Brasil sem Homofobia”), entre outras iniciativas como a criação do “Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero” (estudantes de ensino médio, escolas e professores\as), criação de novas universidades, centros e institutos federais, cursos de graduação e pós-graduação especiais para educadores e educadoras.

Essa nova perspectiva normativa e estatal possibilitou a realização de projetos visando o questionamento de práticas discriminatórias nas escolas e fora dela, investir na formação de estudantes e profissionais da educação e no fortalecimento do respeito e valorização da diversidade. É o que se observa em projetos como Papo Sério, Antropologia, Educação e Diversidade - Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC EM), PIBID Ciências Sociais e curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) realizados na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis) e na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, Chapecó) entre 2010 e 2014.

Formação em gênero e sexualidade em projetos inovadores no Brasil

Projeto Papo Sério – Iniciação Científica no Ensino Médio

O Projeto Papo Sério é a principal ação de extensão do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS)¹⁷ da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)¹⁸. O projeto surgiu em 2007 com objetivo de problematizar as representações de gênero e sexualidade com estudantes, professoras(es) e outros profissionais de escolas públicas da Grande Florianópolis. O projeto Papo Sério possui três subprojetos: Oficinas Papo Sério, Concurso de Cartazes sobre Homo-Lesbo-Transfobia e Heterossexismo nas Escolas e Iniciação Científica Júnior (PIBIC EM¹⁹). Esses

projetos envolveram e impactaram milhares de estudantes e educadores(as) nestes dez anos de existência²⁰.

O PIBIC EM foi realizado entre 2010 e 2012, envolveu dez estudantes (três meninas e sete meninos com 14 a 17 anos) de escolas públicas da Grande Florianópolis, grande parte pertencente às camadas populares (FONSECA, 1994). Esse projeto de formação, objetivava introduzir estudantes de ensino médio vinculados a escolas da Grande Florianópolis em atividades de iniciação científica no campo da Antropologia e nos Estudos de Gênero²¹.

Neste projeto estudantes tiveram a oportunidade de participar de grupos de estudos, de atividades de formação (oficinas, cursos, aulas) dentro e fora da universidade, participar de eventos científicos, inclusive como autores e autoras de trabalhos científicos, realizar pesquisas empíricas, participar de concursos, entre outros.

Segundo Kremer, Welter e Grossi (2014:87), todas as pessoas envolvidas foram impactados pelo projeto. As/os jovens cientistas foram impactados e empoderados quando tiveram acesso à universidade e ao conhecimento produzido, oportunidade de realizar iniciação científica e “desconstruir normatividades e preconceitos relacionados também às temáticas de gênero e sexualidades” (Idem). O projeto impactou a universidade, espaço recorrentemente elitizado, pela presença de estudantes de escolas públicas. Nela, engendrou novas concepções de ensino, produziu novos saberes e concepções na interação entre estudantes de ensino médio, universitários e professoras/es.

Projeto Antropologia, Educação e Diversidade – Iniciação Científica no Ensino Médio

O projeto “Antropologia, Educação e Diversidade - Iniciação Científica no Ensino Médio” foi financiado pelo Programa Institucional de bolsas de iniciação científica no ensino médio (PIBIC EM/CNPq), realizado na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) entre 2013 e 2014, coordenado por professoras do curso de Licenciatura em Ciências Sociais²². O projeto foi realizado pela primeira

vez nessa instituição e contou com a atuação de estudantes de graduação, grande parte bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência em Ciências Sociais (PIBID/CAPES/UFFS), na coordenação de atividades e orientação de pesquisas. Com objetivo de fortalecer o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos, bem como desenvolver as atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica, esse projeto envolveu dez estudantes (oito meninas e dois meninos com 14 a 17 anos) do ensino médio de quatro escolas públicas da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, município de Chapecó (SC), além de estudantes e professoras da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó.

Após seleção através de edital público, os/as estudantes do ensino médio, reconhecidos pelo CNPQ como bolsistas de Iniciação Científica Junior (ICJ), foram inseridos em espaços acadêmicos e orientados em atividades semanais de formação científica. Tiveram oportunidade e foram estimulados a participar, organizar e coordenar eventos, aulas, oficinas, grupo de estudos, cursos, elaborar projetos, realizar pesquisas empíricas e bibliográficas, elaborar e apresentar relatórios, artigos, comunicações, participar de viagens de estudos e intercâmbio, entre outras atividades. Nos dezoito meses de realização do projeto muitas dificuldades foram encontradas, algumas superadas, outras não, mas seguramente todos os/as envolvidos foram impactados por ele²³.

Embora o projeto não fosse exclusivo de formação em gênero e sexualidade, a incorporação dessas problemáticas em quatro de cinco projetos de pesquisa²⁴ é uma demonstração do impacto dessa formação entre bolsistas PIBIC EM da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó.

PIBID Ciências Sociais (UFFS, Chapecó)

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é financiado com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (Brasil) e objetiva oportunizar

e estimular a iniciação à docência de licenciandos(as), aproximar o ensino superior da Educação Básica, criar e fortalecer projetos que visem a melhoria da educação pública. O PIBID de Ciências Sociais realizado na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, Chapecó) entre 2012 e 2014, envolveu quatorze estudantes de graduação, foi coordenado por uma professora do curso de Ciências Sociais da UFFS e um professor da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, município de Chapecó (SC)²⁵.

A formação ocorreu de forma contínua, coletiva e num regime de alternância (universidade-escola-universidade). Foram realizadas atividades semanais de planejamento, estudo, avaliação, intervenção, reflexão e produção coletiva sobre o cotidiano escolar, o ensino de Sociologia no ensino médio, processos de ensino-aprendizagem e ação educativa. Além de instrumentalizar e sensibilizar os/as bolsistas de iniciação à docência para as singularidades da escola e seus processos, se criou ambiente para produzir, socializar e publicar reflexões sobre experiências educacionais, especialmente em Sociologia no Ensino Médio.

Uma prova do impacto da formação em gênero e sexualidade sobre bolsistas PIBID foi a realização de atividades de formação com estudantes de ensino médio de escolas públicas de Chapecó. A partir da iniciativa de bolsistas PIBID Ciências Sociais foram planejadas, realizadas e avaliadas coletivamente as seguintes formações: “Projeto Relações Afetivas na Escola”, Terceira etapa da “Gincana Sociológica” e “Oficina Gênero e Sexualidade”. As temáticas identidade de gênero, orientação sexual, movimento feminista e diversidade sexual, foram incorporadas também nas aulas ministradas durante o estágio curricular supervisionado em Ciências Sociais.

O “Projeto Relações Afetivas na Escola” tinha como objetivo levar estudantes de ensino médio a refletir sobre afetividade e contribuir na desconstrução de modelos heteronormativos e discriminatórios no espaço escolar²⁶. A “Gincana Sociológica” objetivava envolver estudantes na formação de conteúdos das Ciências Sociais utilizando metodologias de ensino lúdicas e dinâmicas. A terceira etapa dessa gincana teve o objetivo de provocar estudantes a participar de uma formação e pesquisa sobre

questões de gênero e sexualidade²⁷. A “Oficina Gênero e Sexualidade” objetivava estimular estudantes de ensino médio a refletir e estudar sobre questões de gênero e sexualidade em sala de aula²⁸.

Todas as formações tiveram impacto significativo sobre as pessoas e instituições, pois proporcionaram: a) experiência de atuação docente em formações em gênero e sexualidade às estudantes e bolsistas PIBID que coordenaram as atividades; b) à escola, uma oportunidade de formação diferenciada sobre gênero e sexualidade para estudantes e profissionais da educação; e c) aos/às estudantes de ensino médio que participaram, um espaço para expressar opiniões, esclarecer dúvidas, participar de debates e produzir novos saberes.

A partir da análise destes projetos é possível concluir que “a escola é um espaço importante para troca de conhecimentos, reflexões, problematizações, estímulo para relações tolerantes e respeito às diferenças, inclusive de gênero e sexuais” (AZEVEDO E WELTER, 2014:14).

Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE/SECADI/MEC²⁹)

Gênero e Diversidade na Escola (GDE) é um programa pioneiro de formação de profissionais da educação básica da rede pública de ensino do Brasil financiado pelo Ministério da Educação (MEC). Focado nas temáticas de gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais, a formação é oferecida nas modalidades de educação presencial e a distância³⁰ e visa capacitar profissionais para atuar na educação formal promovendo a igualdade e equidade. Essa formação integra a orientação do governo brasileiro que, a partir de 2003, criou secretarias e políticas educacionais “[...] voltadas para o reconhecimento da diversidade cultural, a promoção da igualdade de todos e todas e o enfrentamento do preconceito e de todas as formas de discriminação” (GRAUPE e GROSSI, 2014:14).

Em Santa Catarina foram realizadas duas edições do GDE envolvendo cerca de oitocentos profissionais da educação, grande parte professoras. A primeira edição foi realizada entre março e junho de 2009, em dez cidades-polo

de Santa Catarina³¹, e recebeu a inscrição de quinhentos\ as profissionais da educação vinculados a diversas redes públicas de ensino³². A segunda edição do GDE foi realizada em cinco cidades-polo de Santa Catarina³³, entre outubro de 2012 e junho de 2013, e ofereceu trezentas vagas³⁴.

Grande parte dos/das profissionais da educação-cursistas do Polo de Pouso Redondo considerou o GDE como uma oportunidade importante de formação e reflexão sobre as desigualdades sexuais, raciais e de gênero na escola³⁵. Nele, tiveram oportunidade de refletir e produzir coletivamente sobre essas desigualdades, rever seus (pré)conceitos, repensar suas práticas pedagógicas, propor e implantar projetos de intervenção na escola.

Considerações sobre impactos da formação em gênero e sexualidade

A partir dos relatórios e depoimentos orais, observou-se que os projetos PIBIC EM, PIBID Ciências Sociais, Curso Gênero e Diversidade na Escola realizados nas universidades públicas de Santa Catarina (Brasil) entre 2010 e 2014 impactaram estudantes, profissionais e instituições educacionais. Os projetos oportunizaram a estudantes (ensino médio, graduação, pós-graduação) e a profissionais da educação atuantes em escolas públicas de Santa Catarina contato com conteúdos teórico-metodológicos, conhecimentos científicos, realização de formação científica e docente, contato com profissionais e especialistas, aproximação às instituições de ensino (Educação Básica e Ensino Superior), contato com outros\as estudantes e outras realidades escolares, realizar socializações, organizar e participar de eventos científicos, cursos, viagens e intercâmbios, realizar pesquisas científicas, desenvolver habilidades individuais, elaborar e socializar produções textuais. Os projetos impactaram e fortaleceram também as instituições de ensino superior e da educação básica pela presença física e realização de atividades diversificadas.

4.1 Abalando normatividades?

As temáticas de gênero e sexualidade, mais do que categorias teóricas, dizem respeito às experiências, práticas e subjetividades. Quando apresentadas, colocam em

cheque valores individuais, desestruturam, transtornam e exigem mudanças dos\as sujeitos sociais envolvidos.

Diversos estudantes e profissionais da educação afirmaram que foi a primeira vez que tiveram contato com reflexões teóricas, com pesquisadores\as e puderam refletir sobre gênero e sexualidade. Um estudante de ensino médio afirmou que o projeto possibilitou ter contato com “pessoas de pensamento ampliado” e que estes mostraram que a sexualidade, religião, cor, etnia “não definem o que uma pessoa é de fato, sendo o preconceito algo banal e inexplicável” (apud GROSSI, WELTER, SILVA, 2012:22). Outro afirmou que a partir das leituras, filmes e eventos científicos, conseguiu desnaturalizar a noção de violência, entender o que é discriminação, etnocentrismo, preconceito (Idem, 2012:21). Entender que aquilo que socialmente é considerado “normal”, na realidade, é “normativo”, e o que foge a essa norma imposta torna-se passível de julgamentos foi outro ganho teórico apontado por um estudante de ensino médio (KREMER, WELTER, GROSSI, 2014).

Conhecer as reflexões sobre homofobia familiar (Schulman, 2010) possibilitou a muitos e muitas pensar estratégias para enfrentar essa violência dentro e fora do ambiente familiar. Foi o caso de um bolsista que afirmou que participar do projeto e poder falar e refletir abertamente sobre as sexualidades não só lhe trazia sensação de bem-estar e liberdade, como possibilitou romper com o sentimento de culpa criado pela “heterossexualidade compulsória” (Rich, 2010). Possibilitou-lhe também fugir da norma heterossexual imposta pelas instituições sociais, especialmente a família, e perceber a homossexualidade como mais uma forma de sexualidade possível. Mais do que refletir teoricamente, este estudante afirmou que participar do projeto o impactou e empoderou, deu forças para assumir sua homossexualidade, enfrentar agressões verbalizadas por sua mãe como “prefiro um filho morto a um gay”, enfrentar e elaborar teoricamente a “pedagogia do insulto” (JUNQUEIRA, 2009).

Participar de projetos de iniciação científica estimulou estudantes a refletir teoricamente sobre as violências, especialmente sexistas e heterossexistas, rever

pré(conceitos), denunciar violências praticadas em ambientes educacionais ou fora dela e se engajar em projetos visando o enfrentamento das violências e valorização da diversidade. Sua participação na elaboração da Cartilha de Prevenção às Violências Sexistas, Homofóbicas e Racistas nos Trotes Universitários (NIGS-UFSC, 2011), na participação e premiação no Concurso de Cartazes sobre Homo-Lesbo-Transfobia e Heterossexismo nas Escolas³⁶ (edições 2011, 2012, 2013, 2014) e no “Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero”³⁷, categoria Estudante de Ensino Médio (7ª, 9ª e 10ª edição) exemplificam a mobilização de estudantes de ensino médio e bolsistas ICJ.

Exemplos de desafios

Embora haja previsão legal, grande parte dos\as professoras da disciplina de Sociologia, não discute conteúdos de gênero e sexualidade no ensino médio. É recorrente também observar a postura de silenciamento diante de ações discriminatórias praticadas na escola ou fora dela. Foram recorrentes manifestação de surpresa, interesse e apropriação do senso comum por parte de estudantes de ensino médio, estudantes de graduação e profissionais da educação durante as formações em gênero e sexualidade realizadas em escolas públicas de Chapecó em 2013.

Após serem estimulados a buscar informações sobre conceitos como sexo, sexualidade, gênero e identidade de gênero, ter acesso a uma síntese do artigo “Identidade de Gênero e Sexualidade” (GROSSI, 2010), a coordenação da Gincana Sociológica solicitou que cada estudante de ensino médio participasse da terceira etapa da gincana utilizando roupas e adereços do gênero oposto. Os\as estudantes da escola provocaram integrantes da coordenação e o professor da disciplina a fazer o mesmo. Mesmo diante de uma grande diversidade de maneiras de se expressar, as características de feminilidade escolhidas pelos estudantes meninos (de ensino médio e da universidade) foram a vulgaridade, a promiscuidade e a vaidade. Já as estudantes optaram por expressar performaticamente a masculinidade através de comportamentos agressivos e má higiene pessoal. Em ambos os casos, se apelou para o aumento exagerado de órgãos genitais, seios e glúteos.

A coordenação constatou que a estereotipia e a confusão entre categorias, como identidade de gênero e orientação sexual, imperou na expressão performatizada de gênero. As brincadeiras violentas utilizadas durante essa atividade evidenciaram um descompasso entre o discurso amplo de “respeito à diversidade” e a convivência respeitosa com ela. Mais do que brincadeiras, as pessoas acionaram nessa atividade as normatividades e as estratégias de controle, demonstrando o quanto projetos e formações em gênero e sexualidade são necessários e urgentes nas escolas. Explicita também que o caminho para a mudança é longo e tortuoso.

Considerações finais

A partir dos relatos e reflexões foi possível perceber que a participação nos projetos e curso de formação possibilitou a alguns\umas rever conceitos, mudar comportamentos, desnaturalizar, refletir, socializar, dialogar sobre normas e pré-conceitos. Percebeu-se também que alguns\umas sujeitos foram empoderados e fortaleceram o movimento de resistências contra discriminações (homo-lesbo-transfobia, sexista, heterossexista, machista, racista, capacitista, social), contra exercício de pedagogias “do insulto” (JUNQUEIRA, 2009), dos “gêneros hegemônicos” (BENTO, 2011), “da intolerância” (BENTO, 2011), contra os silenciamentos a respeito da diversidade nos livros, políticas e pedagogias (LIONÇO e DINIZ, 2008), a favor da aceitação e visibilização da diversidade (BENTO, 2011).

A formação histórico-cultural de estudantes e profissionais da educação foi responsável, em muitos casos, pela resistência às mudanças nos comportamentos preconceituosos e atuou como guardião de um padrão sexual e de gênero normativo.

É necessário e urgente ampliar e fortalecer projetos e ações de formação em gênero e sexualidade (institucionais ou não) e políticas públicas que promovam a equidade e liberdade. Somente uma formação sólida possibilitará repudiar e criminalizar atos discriminatórios contra a diversidade.

Notas

- 1 Sobre as crises de sentido e significado da escola na sociedade capitalista, ver Mendonça (2011).
- 2 Na perspectiva de Ortner (2007, p. 74).
- 3 Por entender sua ação direta na formação de estudantes, estou considerando como profissionais da educação todas as pessoas que atuam na escola, seja na gestão, na docência, em atividades de segurança, serviços gerais, cozinha, cantina, em ações voluntárias e outras.
- 4 SALA, A.; GROSSI, M. P. Batendo um “papo sério”: desconstruindo gênero e sexo nas escolas de Santa Catarina. Comunicação apresentada no *III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*, Salvador, 2013.
- 5 Sobre isto, ver Carvalho (2008), Carrara et al. (2009), Teixeira-Filho, Rondini e Bessa (2011).
- 6 O “armário” e a “invisibilidade” são mecanismos utilizados por muitos gays, lésbicas, trans, para não serem eliminados (BENTO, 2011).
- 7 Embora muitas vezes a escola afirme que estudantes evadem por livre escolha, considera-se que é escola que expulsa estudantes ao submetê-los à “pedagogia do insulto” (BENTO, 2011).
- 8 Crenshaw (2002) sugere o uso do conceito de interseccionalidade, a fim de capturar os aspectos estruturais e dinâmicos da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. A partir desse uso, pode-se pensar como o racismo, sexismo e homofobia criam desigualdades que posicionam social e politicamente alguns grupos.
- 9 Sobre isto, ver Graupe e Grossi (2014); Junqueira (2009); Furlani (2009), Schulman (2010), Borillo (2009), Louro (1997).
- 10 Uma pedagogia que leve à reflexão, conscientização, conhecimento e transformação (hooks, 2013).
- 11 Iniciada no século XVI.
- 12 Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.
- 13 Dados de 2013. Fonte: IBGE.
- 14 Para uma análise mais aprofundada sobre os dados do IBGE, especialmente sobre a composição religiosa no período compreendido entre 1872 e 2009, ver Neri (2011). Sobre práticas da intolerância manifestada contra instituições e religiosidades, em especial as religiões de matriz africana, afro-umbandista e indígena, ver Gualberto (2011). Sobre a “pedagogia do insulto”, utilizada contra religiosidades não hegemônicas, ver Caputo (2012) e Grossi, Dickie e Welter (2014).
- 15 Dados estimados pelo IBGE para 2014.
- 16 Título II - Dos direitos e garantias fundamentais, Capítulo I - Dos direitos e deveres individuais e coletivos.

- 17 O NIGS realiza ações de ensino, pesquisa e extensão desde 1991, é coordenado pela professora Miriam Pillar Grossi, está vinculado ao Laboratório de Antropologia (LAS) e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Maiores informações sobre o NIGS, ver www.nigs.ufsc.br.
- 18 O Projeto Papo Sério recebe apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da UFSC (PRPE), do Programa de Extensão Universitária (ProExt), do Ministério da Educação (MEC) e do CNPq, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Junior.
- 19 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (CNPQ).
- 20 Maiores informações podem ser encontradas em Grossi, Welter e Silva (2012).
- 21 Para uma análise dos impactos deste projeto entre estudantes de Santa Catarina, ver Kremer, Welter e Grossi (2014).
- 22 Tânia Welter e Maria Alice Canzi Ames.
- 23 Maiores informações sobre o projeto, ver Welter e Ames (2014).
- 24 Dentre um leque ilimitado de temas, os bolsistas deste projeto escolheram os seguintes temas de pesquisa: "Homofobia na EEB Marechal Bormann", "O corpo feminino na visão das estudantes da EEB Marechal Bormann", "A importância da família na vida dos estudantes da escola EEB Coronel Ernesto Bertaso", "Violências na escola na visão de estudantes – um estudo de caso".
- 25 Tânia Welter e Tarcisio Brighenti. Para conhecer mais sobre este projeto, ver Welter (2014) e pibidsociologiachapeco.blogspot.com.br
- 26 Detalhes sobre este projeto foram apresentados na comunicação "Refletindo sobre afetividade na escola" apresentada no V Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, I Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade, I Encontro Gênero e Diversidade na Escola, Rio Grande, maio 2014.
- 27 Detalhes sobre este projeto foram apresentados na comunicação "Performances de gênero e estereótipos no ensino médio" apresentada no V Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, I Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade, I Encontro Gênero e Diversidade na Escola, Rio Grande, maio 2014.
- 28 Maiores detalhes sobre este projeto ver Azevedo et al (2014).
- 29 Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI
- 30 Com carga horária total de 200 horas, sendo 180 horas à distância (EAD) e 20 horas presenciais.
- 31 Blumenau, Braço do Norte, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Florianópolis, Itajaí, Itapema, São José, Videira.
- 32 Sob a coordenação de Carla G. Cabral, Luzinete S. Minella, Miriam P. Grossi e Mara C. S. Lago, sete professoras e dois professores universitários atuaram no ensino presencial e no Ambiente Virtual de Ensino Aprendizagem (AVEA), dezenove estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado) e uma doutora atuaram como tutoras/es a distância, vinte estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado) atuaram como tutoras/es presenciais. Maiores informações sobre essa edição, ver Minella e Cabral (2009).
- 33 Florianópolis, Itapema, Palmitos, Pouso Redondo e Praia Grande.
- 34 Sob a coordenação de Miriam P. Grossi, Mareli E. Graupe e Olga Z. Garcia, contou com a participação de quatro professoras e dois professores universitários, seis tutoras a distância e com tutoras e um tutor presencial. Maiores detalhes sobre essa edição, ver Graupe e Grossi (2014).
- 35 Onde atuei como professora junto com as tutoras presenciais Neide Catarina Turra e Luciana Alvarenga e as tutoras a distância: Isabel Maria Barreiros Lucktenberg e Izabela Liz Schlindein. Nessa formação foram envolvidas cerca de cinquenta profissionais da educação dos municípios de Pouso Redondo, Braço do Trombudo, Trombudo Central, Miriam Doce, Taió e Alfredo Wagner. Para uma análise sobre discursos de gênero destas profissionais e instituições, ver Schlindein, Welter e Alvarenga (2014).
- 36 Concurso de cartazes realizado pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades da Universidade Federal de Santa Catarina desde 2009. Maiores informações sobre esse concurso podem ser obtidas em: <http://nigs.paginas.ufsc.br/>
- 37 **Organizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI), o Ministério da Educação (MEC) e a ONU Mulheres.**

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, L. B.; SCHONS, P.; WELTER, T. A escola como espaço para reflexão: um relato de uma experiência docente em gênero e sexualidade. **Revista Café com Sociologia**, Piúma, 3(02):14-21, 2014.
- BENTO, B. (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(2), maio/agosto 2011.
- BORRILLO, D. A homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Orgs.). **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília/DF: Letras Livres, 2009. p. 15-46.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Brasília: Ministério da Educação, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: Ministério da Educação, 1997.
- Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF, Senado, 1988.
- CARRARA, S. L. et al. (Orgs.). **Gênero e Diversidade na Escola: Formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Livro de Conteúdos. Rio de Janeiro/Brasília: CEPESC/SPM, 2009.
- CAPUTO, S. G. **Educação nos Terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de Candomblé**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.
- CARVALHO, M. P. de. Gênero na sala de aula: a questão do desempenho escolar. In: MOREIRA, A. F. & CANDAU, V. M. (orgs.). **Multiculturalismo – Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CRENSHAW, K. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 10(1), 171-188, 2002.
- FERNANDES, F. B. M. **A Agenda Anti-Homofobia na Educação Brasileira (2003-2010)**. Tese (Doutorado), Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.
- FONSECA, C. **Preparando-se para a vida: reflexões sobre escola e adolescência em grupos populares**. *Em Aberto*, Brasília, 14(61), 1994.
- FURLANI, J. Direitos Humanos, Direitos sexuais e Pedagogia Queer: o que essas abordagens têm a dizer à Educação Sexual? In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na Educação: problematizações sobre homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.
- GARCIA, O. R. Z.; GROSSI, M. P.; GRAUPE, M. E. (Orgas.). **Gênero e Diversidade na Escola: Desafios da formação em Gênero, sexualidades e diversidades étnico-raciais em Santa Catarina**. Tubarão: Copiart, 2014.
- GRAUPE, M. E. & GROSSI, M. P. (2014). Superando obstáculos: a implementação do GDE em Santa Catarina. In: GARCIA, O. R. Z.; GROSSI, M. P.; GRAUPE, M. E. (Orgas.). **Gênero e Diversidade na Escola: Desafios da formação em Gênero, sexualidades e diversidades étnico-raciais em Santa Catarina**. Tubarão: Copiart, 2014.
- GROSSI, M. P.; DICKIE, M. A.; WELTER, T. (Orgs.). **Ensino Religioso e gênero em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Mulheres (no prelo).
- GROSSI, M. P., WELTER, SILVA, A. F. da. **Relatório Final Projeto Papo Sério - Iniciação Científica no Ensino Médio**. Florianópolis: NIGS\UFSC, 2012.
- GROSSI, M. P. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, 24: 1-14, 2010.
- GUALBERTO, M. A. M. **Mapa da Intolerância Religiosa – Violação ao direito de culto no Brasil 2011**. Disponível em http://issuu.com/marciogualberto/docs/mapa_da_intolerancia_religiosa. Acesso: 14 janeiro 2015.
- HOOKS, b. **Ensinando a transgredir**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- KREMER, N. S., WELTER, T., GROSSI, M. P. Trajetórias e experiências no ensino médio: a extensão universitária criando possibilidades. **Revista Caminho Aberto**, Florianópolis, 1(1), 83-87, 2014.
- LIONÇO, T. & DINIZ, D. Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros? In: _____ (Orgas.). **Homofobia e educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres, 2009.
- LOPES, P. M. (2008). Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer. In: MOREIRA, A. F. & CANDAU, V. M. (Orgs.). **Multiculturalismo – Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- LOURO, G. L. A emergência do gênero. In: **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva Pós-Estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- JUNQUEIRA, R. D. (2009). Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: _____ (org.). **Diversidade sexual na Educação: problematizações sobre homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.
- MENDONÇA, S. G. DE L. (2011). A crise de sentidos e significados na escola: a contribuição do olhar sociológico. **Caderno CEDES**, Campinas, 31(85): 341-357.
- MINELLA, L. S.; CABRAL, C. G. **Práticas pedagógicas e emancipação: gênero e diversidade na escola**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.
- MUSSKOPF, A. S. A relação entre diversidade religiosa e diversidade sexual: um desafio para os direitos humanos e o Estado laico. **Estudos de Religião**, São Paulo, 27(1), 157-176, 2013.
- NERI, M. C. **Novo Mapa das Religiões**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- NIGS-UFSC. **Cartilha de Prevenção às Violências Sexistas, Homofóbicas e Racistas nos Trotes Universitários**. Florianópolis: NIGS-UFSC, 2011.
- ORTNER, S. Poder e Projeto: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, M. P.; ECKERT, C.; FRY, P. (Orgs.). **Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Revista Bagoas**, Natal, 5(4), 17-44, 2010.

SCHLINWEIN, I. L.; WELTER, T.; ALVARENGA, L. Assim se fala na escola – reflexões sobre linguagem e gênero em escolas de municípios vinculados ao pólo de Pouso Redondo. In: GARCIA, O. R. Z.; GROSSI, M. P.; GRAUPE, M. E. (Orgs.). **Gênero e Diversidade na Escola: Desafios da formação em Gênero, sexualidades e diversidades étnico-raciais em Santa Catarina**. Tubarão: Copiart, 2014.

SCHULMAN, S. Homofobia Familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. Tradução Felipe B. M. Fernandes. **Revista Bagoas**, Natal, 5: 67-78, 2010.

TEIXEIRA-FILHO, F. S.; RONDINI, C. A.; BESSA, J. C. Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, 37(4): 725-741, 2011.

WELTER, T. & AMES, M. A. C. **Relatório Final** - Projeto Antropologia, Diversidade e Educação – Iniciação Científica no Ensino Médio. Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2014.

WELTER, T. **Relatório Final de Atividades** – PIBID Ciências Sociais. Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2014.

WELTER, Tânia. Reflexões sobre impactos da formação em gênero e sexualidade entre estudantes e profissionais da educação em Santa Catarina, Brasil. In: VALCUENDE DEL RÍO, J. M.; VÁSQUEZ ANDRADE, P.; MARCO MACARRO, M. (Coords.). **Sexualidades, represión, resistencia y cotidianidades**. Sevilla (Espanha): Aconcagua Libros, 2015. p. 501-516.

Recebido em 09 de junho de 2016.

Aceito em 12 de julho de 2016.